



Nº 3

10 | SETEMBRO | 2026

PELA VERDADE NA POLÍTICA

BOLETIM MENSAL



Eleição é coisa séria!



As eleições estão chegando e vemos, cada vez mais, chegando também os desafios. Um deles é o entendimento, o uso da Religião como Política. Isso é muito sério!



Por isso que a **Comissão de Justiça e Paz da Família Dominicana do Brasil**, enquanto membro do **Projeto Encantar a Política** e, em parceria com um conjunto de outras entidades cujas preocupações e missões coincidem, apresenta aqui a 3ª edição do boletim **Pela Verdade na Política**.



Esta edição nos leva a pensar e a tomarmos atitudes concretas em relação ao tema **Religião como Política** e os desafios às comunidades de fé em tempos eleitorais, contando com o texto da Magali Cunha, doutora em Ciências da Comunicação, pesquisadora em Religião e Política do ISER – Instituto de Estudos da Religião –, jornalista, editora-geral do Coletivo Berea – Informação e Chegada de Notícias (em ambientes digitais religiosos).



A prática da Verdade é um dos maiores valores do Evangelho, da ética e de uma sadia cidadania. Lutemos para que a Verdade prevaleça, também neste tempo pré-eleitoral. Votemos consciente, sem nos deixar ser manipulados, inclusive por religiões. Nós vamos o nosso voto.



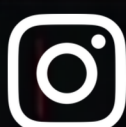
Goiânia, 10 de setembro de 2026



Afetuosos abraços da
Coordenação da Comissão de Justiça e Paz
da Família Dominicana do Brasil



justpaz@familiadominicana.org



clique nos ícones
para acessar

RELIGIÃO COMO POLÍTICA E OS DESAFIOS ÀS COMUNIDADES DE FÉ EM TEMPOS ELEITORAIS

Há uma cena que se repete em todo o Brasil. Alguém chega à igreja num domingo, ou abre o grupo de WhatsApp da comunidade de fé durante a semana, e encontra uma mensagem alarmante: “o governo vai fechar as igrejas” e “o pessoal dos direitos humanos quer silenciar os cristãos”. Ou: “estão ensinando às crianças a se tornarem homossexuais nas escolas”. E ainda: “não podemos confiar nas urnas eletrônicas. As eleições já estão decididas”.

A mensagem vem de uma pessoa de confiança da Igreja, por vezes com o nome de um pastor ou um padre no cabeçalho, e circula com a velocidade que só o medo consegue produzir. Em minutos, chega a centenas de pessoas. E, na maioria dos casos, ninguém pára e pergunta se estas coisas são verdadeiras: simplesmente se compartilha.

DESINFORMAÇÃO NAS COMUNIDADES DE FÉ

Venho pesquisando e escrevendo sobre a relação entre religião, mídia e política há mais de três décadas, e o que me preocupa hoje não é apenas o volume de desinformação (mentiras e falsidades) que circula nos espaços religiosos, mas o fato de que essa propagação não é acidental. Por trás do que chega às telas dos celulares, dos computadores e das smart tvs, há intenção, estratégia e financiamento políticos.

Grupos religiosos se tornaram alvo prioritário de campanhas políticas de desinformação justamente por suas características mais valiosas: a coesão interna com alto senso de pertença, a intensa confiança nas lideranças clérigas e leigas e o hábito de compartilhar informações dentro da comunidade como ato de cuidado. Todos esses atributos, que são virtudes de uma comunidade saudável, foram capturados e transformados em infraestrutura de desinformação.

Pesquisas acadêmicas têm demonstrado como opera o mecanismo: a desinformação circula facilmente em grupos religiosos não porque fiéis sejam ingênuos, mas porque confiam nos irmãos e irmãs, da família da fé, que a compartilham. Quando um pastor, padre ou liderança leiga manda uma mensagem, ela chega revestida de autoridade moral. Questionar essa mensagem pode ser interpretado como questionar a própria comunidade. E a velocidade das redes garante que a mentira já tenha percorrido inúmeros grupos antes que qualquer desmentido chegue ao primeiro.

O resultado é que muitos cristãos e cristãs votaram, em eleições recentes, movidos por medos que não correspondiam à realidade. Votaram contra candidatos que jamais propuseram fechar igrejas. Votaram assustados com uma "ideologia de gênero" que não existe da forma como foi descrita. Votaram contra seus próprios interesses sociais e econômicos porque a narrativa do inimigo espiritual foi mais poderosa do que os fatos verificáveis.

A FÉ TRANSFORMADA EM ATIVO POLÍTICO

O uso da desinformação como estratégia política para convencer pessoas de fé sobre pautas eleitorais e escolhas para o voto é uma realidade na cena pública brasileira. Como formulou com precisão o antropólogo da religião Ronaldo de Almeida: em vez de falarmos em religião na política, precisamos falar em religião como política. Fazer religião hoje tem sido fazer política, porém, no que tange a lideranças alinhadas com a direita extremista. Isto significa o uso da linguagem religiosa, dos símbolos cristãos e da autoridade das lideranças para mobilizar fiéis em torno de pautas e de campanhas eleitorais e o apelo à desinformação como modo de buscar apoio de pessoas de fé à defesa de certos temas e à destruição da reputação de quem é considerado inimigo e não, simplesmente, oposição.

Os mecanismos são conhecidos e merecem ser nomeados com clareza. O pânico moral fabrica ameaças inexistentes ou exageradas, para mobilizar bases conservadoras. Por exemplo, a criança que vai ser transformada em homossexual na escola, o pastor ou o padre que vai ser preso por pregar. A sacralização de candidatos apresentados como ungidos salvadores apresenta a escolha eleitoral como obediência à vontade de Deus, tornando qualquer questionamento em desobediência espiritual.

Com isso, a desinformação aprofundada com deepfakes, áudios clonados, textos gerados por inteligência artificial com aparência jornalística, oferece sofisticação a um fenômeno que já era estruturalmente grave. E as lideranças que deveriam cuidar dessas comunidades e zelar pela integridade da fé, tornam-se, por convicção ou por omissão, operadores de uma máquina política poderosa.

Porém, há resistência e ela nasce da fé. Uma articulação de 14 organizações baseadas na fé, de identidades ecumênica, católica e evangélica, decidiu mostrar, no processo eleitoral brasileiro de 2026, que é possível usar as mesmas mídias digitais para produzir conteúdo educativo sobre política, checar informações e denunciar mentiras e falsidades e disputar os sentidos que circulam nos espaços religiosos. A campanha Boto Fé no Voto: Eu Escolho a Verdade, lançada em julho de 2026, é uma iniciativa que parte do próprio campo cristão para enfrentar a desinformação com as ferramentas da fé: o discernimento, a busca pela verdade e o compromisso com a dignidade humana.

DESAFIOS PARA AÇÃO

Uma primeira possibilidade de ação é nomear a questão aqui colocada sem eufemismos. Desinformação em espaços religiosos não é "fake news passando por grupos". É uma estratégia de captura política da fé com o uso de mentiras e falsidades. Nomeá-la com essa precisão é o primeiro ato de resistência.

A segunda é cultivar o discernimento como prática de fé cidadã. Nas tradições cristãs, discernimento é dom e responsabilidade. Convocar as pessoas de fé a, antes de compartilharem qualquer mensagem recebida que ative reações, perguntar: quem produziu isso? Onde foi publicado? Existe outra fonte confirmando? A mesma prudência que aplicada para desconfiar de quem pede dinheiro pelas redes precisa ser aplicada às informações que são recebidas nas telas.

A terceira é que lideranças religiosas assumam sua responsabilidade pública. Pastores/as, padres, bispos/as, presidentes de igrejas, diáconos/diaconisas, líderes leigo/as: todos têm responsabilidade sobre o que circula sob sua autoridade. Omitir-se diante da desinformação é, na prática, permitir que ela opere. Também, usar o púlpito para amplificar conteúdo não verificado é trair o mandato sacerdotal.

A quarta é investir em formação. Comunidades de fé podem e devem criar espaços de educação midiática: como funciona um algoritmo, como identificar um deepfake, como verificar uma informação antes de compartilhar. Isto representa um cuidado, que é uma das funções mais antigas da vida das religiões.

A mentira entra pelas portas da fé porque são portas largas, acolhedoras e abertas. Manter essas portas acessíveis é uma virtude, porém é preciso ter responsabilidade de cuidar do que entra por elas.

